



ESPERAR PELA HORA DE DEUS



O exílio forçado de
sacerdotes angolanos em
Portugal 1960-1974



CARLOS ALBERTO ALVES

COPYRIGHT: © CARLOS ALBERTO ALVES/MAYAMBA EDITORA, 2015

Colecção

Biblioteca da História

Título

ESPERAR PELA HORA DE DEUS

O exílio forçado de sacerdotes angolanos em Portugal (1960-1974)

Autor

Carlos Alberto Alves

Prefácio

João Miguel Almeida

Editor

Arlindo Isabel

Design e capa

Carlos Roque

Edição

Mayamba Editora, 2015

Estrada Direita do Calemba 2

Rua Rio Cuango, n.º 16, Condomínio Vila Rios, Camama

Município de Belas – Luanda-Sul/Angola

Cx. Postal 34 62

E-mail: mayambaeditora@yahoo.com

Site: www.mayamba-editora.com/ www.mayambaeditora.co.ao

Facebook: Mayamba Editora

Impressão e acabamento

Damer Gráficas, SA

1.ª Edição na Mayamba Editora:

Luanda, Novembro de 2015

Tiragem: 2 000 Exemplares

ISBN: 978-989-761-053-0

Depósito Legal: 7108/2015

Todos os direitos em língua portuguesa reservados para a Mayamba Editora.

Aos exilados e aos presos políticos.
Em memória dos meus pais e de José Henrique Dionísio.

ÍNDICE ABREVIADO

10	Acrónimos
11	Prefácio
23	O paradoxo católico – Maria da Conceição Neto
37	Introdução – Carlos Alberto Alves
41	Capítulo 1 – Pela independência política
129	Capítulo 2 – Esperar pela hora de Deus
215	Capítulo 3 – Autoridade eclesiástica
281	Capítulo 4 – Dinheiro e outros artigos apreendidos
331	Capítulo 5 – Pela liberdade política
361	Capítulo 6 – Memória de outros tempos
387	Fontes
395	Bibliografia
399	Índice detalhado

ACRÓNIMOS

AMC – Arquivo Marcelo Caetano

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AOS – Arquivo Oliveira Salazar

ATD – Associação Tchiweka de Documentação

CI – Centro de Informação

FMS - Fundação Mário Soares

NT – Número de Transferência

PC – Processo-crime

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direção
Geral de Segurança

SC – Serviço Central

SR – Serviço Reservado

UL – Ultramar

PREFÁCIO

OS SINAIS DE UM TEMPO DE PRISÃO E EXÍLIO

Com este livro, Carlos Alberto Alves dá um relevante contributo ao conhecimento das relações entre o Estado Novo e a Igreja Católica, das dinâmicas religiosas e políticas no clero católico, da articulação entre os movimentos nacionalistas angolanos e a resistência e a oposição à ditadura e ao colonialismo português na metrópole durante a longa agonia do regime, a partir de 1958. Todos os que investigam este período, ou simplesmente se interessam por ele para compreender melhor as origens da democracia portuguesa e do processo de independência de Angola, ou para formarem uma opinião acerca das posições da hierarquia católica e dos católicos face ao Estado Novo e à emancipação dos povos africanos, encontram neste livro uma preciosa ferramenta, reunindo documentação dispersa, mal conhecida, ou desconhecida, relativa ao exílio na metrópole, por razões políticas, de nove padres naturais de Angola. O poder político geriu com cuidado a repressão dos padres ligados aos movimentos de libertação de Angola, procurando a solução mais eficaz para silenciar cada um dos padres. Todos acabaram por ser colocados em residência fixa. Alguns passaram pela cadeia. O padre Joaquim Pinto de Andrade transitou, sem acusação formal, do Aljube para Caxias e foi julgado, tendo como advogado de

defesa Mário Brochado Coelho, um oposicionista ao Estado Novo de formação católica.

Aqueles que viveram esse tempo e dele construíram uma memória pessoal têm, neste livro, uma oportunidade de refrescar e esclarecer essa memória, confrontando-a com textos que documentam perseguições, conflitos, rupturas, situações de sofrimento ou desânimo, mas também gestos de solidariedade, de esperança e de busca de alternativas pastorais a um catolicismo conformista, alternativas políticas a uma situação colonial mantida a contra-corrente numa Europa que enveredara pela descolonização, alternativas a uma «situação política» que condicionava e oprimia a ação eclesial.

A leitura da documentação organizada neste livro chamou-me a atenção para as interações entre os acontecimentos políticos e eclesiais em Portugal e em Angola. A candidatura do general Humberto Delgado a Presidente da República, em 1958, é explicitamente citada num dos primeiros relatórios da PIDE transcritos, de 5 de Setembro de 1958, para definir a posição política de uma personalidade que contacta com os padres Alexandre de Nascimento e Joaquim Pinto de Andrade. O início da guerra colonial, em 1961, marcou as relações entre Estado e Igreja Católica até ao fim da ditadura e levou à radicalização dos católicos oposicionistas ao Estado Novo.

O Estado Novo traçara fronteiras entre a Igreja Católica e a política na década de 1930, com a desactivação do Centro Católico Português, criado durante a I República para defender os direitos e os interesses da Igreja Católica, ou seja, «fazer a política da Igreja». Salazar declarou que o seu regime político resolveu a «questão religiosa» intensificada durante a I República com a promulgação da Lei de Separação do Es-

tado das Igrejas, de Abril de 1911, pretendendo obter dos católicos uma aceitação, ativa ou passiva, do Estado Novo. A Acção Católica, criada em 1933, deveria agrupar os católicos dedicados à acção social e religiosa; os que se interessassem por política deveriam aderir à União Nacional, fundada em 1930. Data deste ano o Acto Colonial que considerava as missões católicas nas colónias portuguesas «instrumentos de civilização e influência nacional».

A Concordata de 1940 reconheceu a personalidade jurídica da Igreja Católica e instituiu uma separação formal entre o Estado Novo e a Igreja Católica, ao mesmo tempo que lhe reconheceu um papel determinante no ensino e na assistência social, e lhe atribuiu isenções fiscais. De acordo com a Concordata, a Igreja Católica ficava obrigada a consultar o governo português sobre eventuais objeções às pessoas escolhidas para ocupar os cargos de arcebispos, bispos residenciais ou coadjutores *cum jure successionis*. Invocando esta disposição concordatária, o Estado Novo impediu a Santa Sé de nomear um bispo negro para as colónias portuguesas em 1964 e em 1967 e vetou a nomeação de D. António Ribeiro para bispo da Beira em 1967. O Acordo Missionário, assinado no ano da Concordata, consagrava o entendimento já presente no Acto Colonial da missionação católica e visava, nas expressões usadas por Salazar numa intervenção na Assembleia Nacional, a «nacionalização da obra missionária», a qual se integrava «definitivamente na acção colonizadora portuguesa». Esta argumentação legitimava que as dioceses e as circunscrições missionárias fossem subsidiadas pelo Estado. A ditadura liderada por Salazar reivindicava para si o papel de defensora dos interesses nacionais e do catolicismo apresentado como a religião da nação portuguesa.

A contestação de católicos a esta «situação» entre Estado e Igreja Católica, criticando o regime em nome dos valores cristãos, era minoritária. Vozes discordantes como a do padre Joaquim Alves Correia ou a do padre Abel Varzim, nas décadas de 1930 e 1940, foram isoladas e silenciadas. Durante as eleições presidenciais de 1958, a candidatura do general Humberto Delgado desencadeou uma mobilização junto de setores católicos que lhes deu uma inédita visibilidade pública. Salazar falou na «ruptura» da «frente nacional», chegando a ameaçar pôr fim à Ação Católica, cuja existência não se encontrava garantida pela Concordata. Deste modo pressionava a hierarquia católica portuguesa a «pôr na ordem» os padres e os leigos, de gerações e formações diversas, que contestavam a ditadura. Sempre o fizera, alcançando os resultados pretendidos, mas desta vez mostrava-se disposto a assumir um conflito institucional.

Na metrópole, D. António Ferreira Gomes, o bispo do Porto, foi a figura da hierarquia católica que tomou posição, num *pro memoria* dirigido a Salazar, em defesa da liberdade política dos católicos. O texto foi tornado público em circunstâncias que talvez nunca serão totalmente esclarecidas, provavelmente por pessoas com intenções opostas: católicos do círculo de confiança do bispo do Porto pretendendo dar satisfação aos críticos do regime que apelavam a uma tomada de posição da hierarquia eclesiástica; elementos ligados ao governo com a intenção de fazer de D. António Ferreira Gomes um «bispo das oposições». O bispo do Porto pagou a sua atitude com um exílio de dez anos, entre 1959 e 1969. No conhecido *pro memoria* não havia uma crítica à política colonial do governo. Num dos textos publicados neste livro (Doc. 3 do capítulo «Memórias de outros tempos») são reveladas

palavras de apreço e de reconhecimento trocadas entre o bispo exilado de Portugal por razões políticas e o padre Joaquim Pinto de Andrade e monsenhor Neves, exilados na terra que D. António Ferreira Gomes se encontrava interdito de pisar. No documento citado mostra-se como o pensamento do bispo do Porto evoluíra sobre o colonialismo português, considerando que a política do Estado Novo liquidara a missão que alguns portugueses se atribuíram em relação a África.

De 1958 a 1962, período em que foram exilados na metrópole os padres naturais de Angola, os pilares do Estado Novo mostram-se frágeis. No ano de 1961 a ditadura sofreu abalos sucessivos, como o desvio do pacote *Santa Maria* por Henrique Galvão, o início da guerra colonial, a anexação de Goa pela União Indiana. O regime recompôs-se e mostrou capacidade para resistir às sucessivas tentativas para o derrubar: a revolta da Sé, em Março de 1959, e a de Beja, na passagem de 1961 para 1962; e o golpe de Botelho Moniz, em 1961, realizado na sequência do início da guerra colonial. O general Botelho Moniz recusava uma atitude imobilista face à questão colonial e, em sintonia com posições defendidas pelos Estados Unidos, mostrava-se disposto a apoiar uma autonomia progressiva e uma autodeterminação a prazo dos territórios africanos sob soberania portuguesa. A derrota deste golpe militar, que contava com o apoio do Presidente da República, Craveiro Lopes, para afastar Salazar do poder, levou à neutralização dos conspiradores e permitiu ao regime saber com quem contava nas Forças Armadas, reforçando o seu poder nesta fase. O Estado Novo mostrou-se capaz de «morrer devagar», à imagem do seu líder.

A rigidez do regime político contrastava com as mudanças económicas e sociais na década de 1960. A emigração de muitos portugueses

para a Europa ocidental permitiu o alívio de algumas tensões sociais e o aumento da entrada de divisas com as remessas dos emigrantes. A economia portuguesa beneficiava com outros fatores como a adesão à EFTA, o aumento do turismo ou do investimento estrangeiro. O reforço dos laços económicos com os países da CEE foi acompanhado pela expectativa de uma aproximação do regime político português das democracias europeias que o Estado Novo frustrava permanentemente.

A Igreja Católica atravessava um período de intenso debate e de expectativas de renovação impulsionadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Em Portugal, o esforço de *aggiornamento* por parte da hierarquia católica traduziu-se em algumas mudanças nas estruturas eclesiais, nomeadamente na criação da Conferência Episcopal Portuguesa, em 1967. A Acção Católica, presente em todos os sectores da sociedade portuguesa, organizados em secções consoante a idade, formação, género e tipo de profissão, viveu o seu apogeu na década de 1950 e manteve uma forte influência na década de 1960, passando a ser dirigida por leigos, a partir de 1966. Tornou-se um meio de difusão das ideias conciliares, embora essas ideias obrigassem a rever alguns pressupostos da sua orientação fundadora. A par da Ação Católica Portuguesa, o catolicismo português era dinamizado por outras iniciativas: a União Noelista, as Equipas de Nossa Senhora, o Graal, o Movimento por um Mundo Melhor dirigido pelo padre Manuel Vieira Pinto, posteriormente bispo de Nampula, os Cursilhos de Cristandade, os Focolares ou o *Opus Dei*.

Em 1963 um grupo de leigos e de padres empenhados na renovação do catolicismo português, muitos deles provenientes da Ação Católica e das Equipas de Nossa Senhora, lançaram *O Tempo e o Modo - Re-*

vista de Pensamento e Acção, dirigida por António Alçada Baptista. Foi uma iniciativa que surgiu no âmbito do esforço de dinamização e renovação da cultura católica da Livraria Moraes, reconhecendo novos valores na poesia, divulgando a doutrina personalista de Emmanuel Mounier e a teologia de Teilhard de Chardin. Eram católicos empenhados no diálogo com os não-crentes e na afirmação de um modelo eclesiológico que valorizava a autonomia do temporal. A fé levaria os católicos a prestar particular atenção aos «sinais dos tempos».

O Papa João XXIII, como escreve Franklin da Costa a D. Moisés Alves Pinho, a 18 de Junho de 1963, é considerado o «Papa de África» ou o «Pároco do mundo». O documento entregue, a 26 de Outubro de 1963, ao núncio em Portugal pelos padres naturais de Angola exilados na metrópole cita João XXIII para sublinhar que a Igreja Católica não está vinculada a nenhuma cultura ou civilização, nomeadamente a ocidental. A missão católica em África não poderia portanto ser encarada como um meio de «portugalização», como pretendia a ideologia do Estado Novo.

A publicação da encíclica *Pacem in Terris* em 1963 reforçou de tal modo esta perspetiva que foi censurada em Portugal. Na versão publicada na União Gráfica pode ler-se: «As pessoas de qualquer parte do mundo são hoje cidadãos de um Estado autónomo ou estão para ser». Foram cortadas duas palavras do texto original: «um Estado autónomo e independente». Nesse ano de 1963 iniciou-se a publicação de um jornal clandestino policopiado organizado por católicos, *Direito à Informação*, cujo programa se encontrava sintetizado no título. A equipa coordenadora era constituída pelo casal Maria Natália e Nuno Teotónio Pereira, pelo padre António Jorge Martins, por Frei Bento

Domingues e contava com a colaboração de Ana Vicente, Conceição Neuparth, Maria Vitória Vaz Patto, Joana Lopes e Eduardo Veloso. No primeiro número era dada a notícia dos padres naturais de Angola colocados na metrópole com residência vigiada e transcritas declarações do padre Pinto de Andrade de Junho de 1960. Um ano após a publicação da *Pacem in Terris*, a 11 de Abril de 1964, foi criada a cooperativa Pragma, encerrada pela PIDE em 1967. Esta cooperativa de difusão cultural e acção comunitária dedicava-se a um trabalho de reflexão sobre os documentos conciliares, procurando responder a problemas da sociedade portuguesa como a emigração, as questões laborais e, com importância crescente, a guerra colonial. Durante as eleições de 1965, um grupo de «101» católicos citaram explicitamente a *Pacem in Terris*, entre outros documentos pontifícios, para defenderem o direito à autodeterminação dos povos. Algumas pessoas viram no documento o embrião de um partido democrata-cristão na oposição ao Estado Novo, partido que nunca chegou a constituir-se.

A João XXIII sucedeu, em Junho de 1963, Paulo VI, um Papa que prosseguiu o esforço de libertação do catolicismo de uma perspectiva eurocêntrica e que se viu confrontado com a necessidade de gerir a chamada crise pós-conciliar. A carta do padre Vicente José Rafael ao arcebispo de Luanda, de 14 de Janeiro de 1965, mostra o empenho pessoal de Paulo VI em resolver a situação dos padres da arquidiocese de Luanda exilados na metrópole portuguesa. É uma atitude coerente com outras iniciativas de Paulo VI que causaram embaraços ao colonialismo português: em Julho de 1963 elogiou a ONU, uma organização crítica do colonialismo português, e, em 1964, visitou Bombaim. A viagem do Papa à Índia foi muito mal vista em Portugal devido à

anexação de Goa pela União Indiana (em 1961), e seria censurada pelo Estado Novo. O futuro patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, foi afastado da RTP por defender o carácter missionário da visita. A participação de Paulo VI no Congresso Eucarístico Mundial realizado em Bombaim marcou uma nova imagem do Papa como peregrino universal e não como figura que acompanhava com a cruz a espada colonizadora.

O início do Marcelismo, após o afastamento de Salazar do poder por incapacidade física, gerou nalguns católicos a expectativa de uma transição pacífica para a ditadura e noutros uma oposição cada vez mais radical ao regime. Nas eleições de 1969, havia católicos em todas as listas oposicionistas – CEUD, CED e CEM – ou seja, com socialistas reformistas, comunistas e monárquicos. Mas os católicos também constituíram um grupo diversificado no interior da União Nacional. A par dos católicos antiliberais encontravam-se agora católicos que integraram a chamada «ala liberal» adotando uma atitude que alguns designam como «semi-oposição», convictos de que era possível transformar o regime por dentro, democratizando-o. A carta do padre Joaquim Pinto de Andrade para o irmão, em Março de 1969, manifestando não ter qualquer esperança numa evolução quanto à questão colonial na nova fase do Estado Novo, encontra-se sintonizada com os sectores católicos que animavam publicações clandestinas ou que se tornaram clandestinas como *Direito à Informação*, *Boletim Anti-Colonial*, *Cadernos Anti-Coloniais*, *Cadernos do GEDOC*.

A radicalidade anticolonial desses sectores, que tinha como um dos tópicos de crítica a denúncia da cumplicidade da hierarquia católica com o colonialismo do Estado Novo, produziu rupturas no interior

das estruturas eclesiais. Um dos casos mais emblemáticos foi a remoção do padre Felicidade Alves da paróquia de Belém onde, do púlpito, denunciava a guerra colonial levada a cabo pelo regime português. O padre Felicidade Alves, após ser afastado do exercício de funções religiosas, dirigiu os *Cadernos do GEDOC* que abordavam temas políticos como a guerra colonial e divulgavam textos de referência e iniciativas que contestavam não só as ligações da Igreja Católica ao Estado Novo, como também a organização interna da Igreja, ou como o Congresso Internacional de Padres Contestatários em Amesterdão, de 28 de Setembro a 4 de Outubro de 1970, no qual participou o padre Vicente José Rafael.

As relações diplomáticas entre o Estado Novo e a Santa Sé conheceram um momento de crise quando, a 1 de Julho de 1970, Paulo VI recebeu os líderes dos movimentos de libertação actuates nos territórios africanos sob soberania portuguesa: Agostinho Neto, de Angola, Marcelino dos Santos, de Moçambique, e Amílcar Cabral, da Guiné e Cabo Verde.

As acções anticoloniais animadas pelos católicos tiveram um momento emblemático na vigília da capela do Rato, em Lisboa, na passagem de ano de 1972 para 1973. A iniciativa, organizada por católicos e que contou com a colaboração das Brigadas Revolucionárias, teve como mote o lema de Paulo VI «A Paz é possível». Durante a vigília foi discutida a guerra colonial levada a cabo pelo regime e foram aprovadas moções condenando os colonialismos. A polícia invadiu a capela, passando uma fronteira nas relações entre Estado português e a Igreja Católica. O cardeal patriarca D. António Ribeiro, que sucedera a Cerejeira em 1971, assinalando um empenho da Santa Sé na renovação

do episcopado português, condenou a intervenção policial, demarcando-se do regime em termos nunca empregados pelo seu antecessor. A vigília da capela do Rato levou a uma intervenção do Presidente do Conselho, Marcello Caetano, na televisão, e a uma acesa discussão na Assembleia Nacional que contribuiu para a saída do Parlamento dos deputados da «ala liberal».

Desvanecidas as esperanças de uma «transição pacífica» para a democracia, o regime ostentava uma falsa solidez. A 25 de Abril de 1974, a mais longa ditadura europeia caiu deposta por um golpe militar que procurava uma solução política para uma guerra que se arrastava há 13 anos. Sophia de Mello Breyner, uma católica que se comprometera no combate à ditadura, chamou-lhe «O dia inicial inteiro e limpo». Para os oposicionistas à ditadura chegara a hora esperada.

Lisboa, 19 de Novembro de 2012

João Miguel Almeida

da Ordem em Portugal após um forçado exílio no período republicano. Em 1941, quando Angola foi dividida em três dioceses, Alves de Pinho ficou Arcebispo de Luanda e um outro espiritano, Daniel Junqueira, chefiou a vasta Diocese de Nova Lisboa. Os Espiritanos, que em 1944 retomaram em Portugal a publicação de *Portugal em África*, dominavam também a imprensa católica em Angola: o *Boletim da Diocese de Angola e Congo* fundado em 1935 (depois *Boletim Eclesiástico de Angola e São Tomé*) e *O Apostolado*, periódico aberto a temáticas profanas e de interesse local, no qual colaboraram vários dos padres angolanos que seriam perseguidos a partir de 1960. Estamos, pois, perante uma congregação poderosa e influente, presente de norte a sul de Angola e com capacidades educativas superiores às de qualquer outra organização missionária e, por vezes, às do Estado². Dos padres angolanos saídos dos Seminários espiritanos, quase todos integraram o clero secular mas mantinham laços estreitos com aqueles que os formaram.

Um dos resultados da acção dos Seminários católicos que, em princípio, deveriam formar «bons portugueses», foi a emergência de uma pequena elite intelectual angolana que não se revia no papel subalterno atribuído aos colonizados e se considerava destinada a liderar a Igreja de um povo independente. Muito maior do que o número de sacerdotes católicos formados nos Seminários, porém, foi o número dos que nunca chegaram a padres mas usaram a sua formação como meio de ascensão social, como funcionários públicos ou empregados de em-

² Na primeira fase da missão no Congo e em Angola tinham-se destacado os Jesuítas e os Franciscanos, mas apenas raros vestígios dessa acção existiam no século dezanove. Os Franciscanos regressaram a Angola na década de 40 do século vinte, e foram influentes no norte do território. Outras congregações masculinas existiam em Angola mas com raio de acção muito mais limitado do que o dos Espiritanos.

presas importantes. Numa situação em que o Estatuto dos Indígenas (1926-1961) excluía os ditos «indígenas» do ensino secundário oficial, os Seminários católicos eram a única via para um ensino equivalente ao liceal, permitindo melhores empregos tanto no sector público como no privado, e facilitando a obtenção do estatuto de «cidadão» ou «civilizado». Por isso a Igreja Católica pôde educar uma elite de origem «indígena» com um nível académico não atingido pelas outras igrejas cristãs, legalmente impedidas de criar, nas suas missões, escolas secundárias equiparadas ao Liceu.

A rede de ex-seminaristas espalhados por todo o país (e alguns nos territórios vizinhos) teve um papel na difusão de informações e na actividade clandestina que ainda não foi aprofundado. A iniciativa de criar uma associação dos antigos seminaristas de Angola, sob a liderança do Padre Vicente Rafael, pároco da Liga Nacional Africana (instituição de forte influência católica), não podia deixar a PIDE tranquila, como vários documentos do livro testemunham, apesar de a referida associação se declarar «de natureza afetiva e beneficente». Corria o ano de 1959 e pouco tempo tinha passado sobre a vaga de prisões que atingira largas dezenas de angolanos e alguns portugueses, desmantelando diversas organizações clandestinas, no que ficou conhecido como «Processo dos 50»³.

Era um facto que nos Seminários se visava inculcar a «portugalidade» (termo corrente após 1961) mas a maior ligação à cultura portuguesa (comparativamente com elites formadas pelas missões protes-

³ Recomenda-se a obra da jurista Maria do Carmo Medina, *Angola: processos políticos da luta pela independência*. Coimbra: Almedina, 2013 (2.^a edição ampliada). Ver também Fernando Chasse, *O Processo dos Cinquenta: Tempo e memória (1940-1962). Considerações históricas*. Luanda/Lisboa: edição do autor, 2012.